

O BANCÁRIO

O único jornal diário dos movimentos sociais no país

Edição Diária 9150 | Salvador, segunda-feira, 25.08.2025

Presidente em exercício Elder Perez

O valor dos bancos públicos para o país

Página 3



JUSTIÇA TRIBUTÁRIA

Vale a pena pressionar

A mobilização popular começa a dar resultado. Pressionada pela sociedade, em particular os movimentos sociais, a Câmara

finalmente adotou regime de urgência para o projeto que isenta do IR salários até R\$ 5 mil. Vitória dos trabalhadores. Página 2

Brasil resiste às insanidades de Trump

Página 4



Pressão popular dá resultado

Mobilização da sociedade obriga Câmara a votar isenção para até R\$ 5 mil

FABIANA PACHECO
imprensa@bancariosbahia.org.br

MAIS uma vez a democracia social mostra força. Sob intensa pressão dos movimentos sociais, a Câmara dos Deputados aprovou, finalmente, o regime de urgência para o projeto de lei que eleva a faixa de isenção do Imposto de Renda da Pessoa Física para até R\$ 5 mil mensais.

A decisão abre caminho para que o texto seja votado diretamente no plenário, sem necessidade de passar pelas comissões temáticas, um passo importante e claro reflexo da mobilização popular. O projeto, prioridade da pauta econômica do governo federal, corrige distorções históricas do sistema tributário brasileiro, que penaliza desproporcionalmente os trabalhadores e a classe média, enquanto preserva privilégios para o topo da pirâmide.

Hoje, a faixa de isenção está limitada a R\$ 3.036,00. Após a aprovação do projeto, o



O povo nas ruas pressiona o Congresso

teto mais do que dobraria. Um alívio para o bolso de milhões de brasileiros, com reflexos positivos em toda cadeia econômica. A estimativa é de que 10 milhões de pessoas deixem de pagar IR com a mudança.

Para equilibrar a balança fiscal, o texto prevê aumento da alíquota para os super-ricos, com incidência progressiva. Quem recebe acima de R\$ 600 mil por ano passará a pagar mais, com alíquota chegando a 10% para quem ganha acima de R\$ 1,2 milhão anuais. A alteração atinge apenas 141 mil pessoas, ou seja, 0,13% dos contribuintes e apenas 0,06% da população brasileira.

Comissão pelos banebianos

A **COMISSÃO** dos funcionários do extinto Baneb (Banco do Estado da Bahia), se reuniu na quinta-feira, no Sindicato da Bahia, para discutir a situação dos ex-funcionários aposentados do banco, que lutam pela inclusão no Planserv, plano de saúde do Estado, visto que por anos contribuíram para o desenvolvimento da economia baiana.

Após a incorporação, em 1999, o Bradesco assumiu a Casseb, plano de saúde dos funcionários. Com o passar dos anos, no entanto, o patrocínio foi extinguido, obrigando os aposentados a arcarem com os custos elevados para a manutenção da saúde.



Situação dos ex-funcionários do Baneb na pauta

Resistência bancária em São Paulo

BRDESCO, Itaú e Santander realizam encontros simultâneos na sexta-feira, quando colocaram em pauta a conjuntura econômica, o fechamento de agências, o avanço da inteligência artificial no setor, as reestruturações em curso e os impactos sociais das demissões em massa.

No Bradesco, o encontro expôs a necessidade de resistência contra o fechamento de agências e cortes brutais de postos de trabalho. Representantes de várias regiões destacaram como audiências públicas, mo-



Bancários do Bradesco ampliam a resistências

bilizações locais e ações judiciais são fundamentais contra a retirada de serviços bancários das cidades.

Ronaldo Ornelas, membro da COE (Comissão de Organização dos Empregados) e diretor do SBBA, reforçou que “o fechamento de agências e as demissões são ataques diretos à cidadania”.

O encontro do Itaú se

concentrou na defesa do plano de saúde dos aposentados, no desmonte de agências e nas demissões. A presidente da Federação da Bahia e Sergipe, Andreia Sabino, ressaltou que a reunião acontece em um momento delicado, em que a direção do banco ataca direitos históricos.

Já no Santander a programação foi extensa, da análise econômica da empresa à definição de um plano de lutas específico. O foco é sobre a articulação internacional, fortalecendo redes sindicais globais para pressionar a matriz espanhola.



No Itaú, bancários reforçam importância da luta



Terceirização e contratação fraudulenta na pauta do Santander

Bancos públicos na linha de frente

Instituições são essenciais para enfrentar o capital

ROSE LIMA
imprensa@bancariosbahia.org.br

DIANTE da atual conjuntura, marcada por graves ameaças à soberania nacional e à democracia, não poderia ser diferente o clima nos congressos dos empregados da Caixa e do Banco do Brasil, realizados na quinta e sexta-feira passadas, em São Paulo. O cenário é extremamente grave. O imperialismo norte-americano voltou a mostrar as garras, com a imposição de tarifa de 50% sobre produtos brasileiros pelo go-



verno de Donald Trump.

A taxa se soma à chantagem política sobre o STF (Supremo Tribunal Federal) para livrar Bolsonaro do julgamento por tentativa de golpe de Es-

tado, uma cortina de fumaça para esconder os reais interesses dos EUA. Travar o avanço do Brics, manter a hegemonia do dólar, explorar as vastas reservas de terras raras do Brasil e enfraquecer inovações como o Pix, que hoje representa uma ameaça concreta aos lucros bilionários de gigantes do sistema financeiro norte-americano, como Visa, Mastercard, Apple Pay e Google Pay.

O Brasil possui a segunda maior reserva de terras raras do mundo, elemento estraté-

gico para tecnologias de ponta, armamentos e veículos elétricos. Para os Estados Unidos, garantir o acesso e reduzir a dependência da China é prioridade e isto coloca o Brasil diretamente no centro da disputa geopolítica global.

Neste contexto, a defesa da soberania, dos empregos e dos bancos públicos é inegociável. Os trabalhadores das estatais precisam estar conscientes de que são parte fundamental na luta por um Brasil soberano, democrático e socialmente justo. A ameaça da volta da extrema direita ao poder representa um risco real à continuidade da Caixa, do BB e das respectivas fundações e planos de saúde.

“Vivemos o aprofundamento da crise do sistema capitalista e a possibilidade da queda do império dos EUA”, afirmou Emanuel Souza, da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil). “A reação de Trump espelha isso, com ameaças de intervenção, tomada de territórios e apoio irrestrito ao massacre de Israel em Gaza”.

Caixa e BB, essenciais

O PAPEL social da Caixa foi reafirmado como um dos pilares na luta contra as desigualdades sociais. Durante o 40º Conecef, os empregados reforçaram que o banco é um instrumento estratégico de políticas públicas.

A Caixa é sobrevivente dos processos de privatização impostos por governos de direita e cumpre funções essenciais que nenhum banco está disposto a assumir: gestão do FGTS, financiamento habitacional, programas sociais, crédito rural e desenvolvimento regional. É inadmissível que a atual reestruturação, com fechamento de

agências e redução de pessoal, avance sem resistência.

No Conecef, os trabalhadores também devem buscar uma solução definitiva para o Saúde Caixa, que preserve a sustentabilidade do plano sem perder a qualidade e a cobertura que são marcas da instituição.

No caso do Banco do Brasil, além da reestruturação e ameaças históricas de privatização, os participantes denunciaram o ataque orquestrado por setores bolsonaristas, que têm propagado vídeos incentivando a retirada de contas da instituição.

Há ainda investidas contra a Previ, plano de previdência dos funcionários, que sofre perseguições por ser gerido com participação democrática dos trabalhadores. O mesmo vale para a Cassi, plano de saúde que também precisa de uma solução estruturante.



Emanuel Souza, diretor da Federação no 40º Conecef



Se aproximar da base, formar e mobilizar são as palavras para os bancários

Unidade é imprescindível

A UNIDADE dos bancários foi um dos temas mais destacados nos congressos da Caixa e do BB. Representantes de todo o país reforçaram que, apesar das conquistas acumuladas ao longo dos anos, é fundamental manter a coesão dos trabalhadores para enfrentar os desafios e defender o caráter público das estatais.

A luta pela manutenção e valorização do Saúde Caixa, bem como pela solução definitiva para a Cassi (plano dos funcionários do BB), foram apontadas como prioridades nos debates. É consenso que os convênios devem continuar econômica e socialmente viáveis, garantindo qualidade de atendimento a todos os usuários.

Resiliência do PIB ao tarifaço de Trump

Índice de pessoas ocupadas deve subir 1,5% e a renda, 5,5%

ANA BEATRIZ LEAL
imprensa@bancariosbahia.org.br

APESAR do tarifaço imposto pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre produtos nacionais, a economia brasileira mostra resiliência. De acordo com a CNI (Confederação Nacional da Indústria), o avanço do PIB (Produto Interno Bruto) deve se manter em 2,3% neste ano.

Entre os fatores que sustentam o desempenho, tem destaque o mercado de trabalho, que segue em trajetória positiva. A expectativa é que o número de pessoas ocupadas suba 1,5% em 2025 e a massa de rendimento, 5,5%, ambos acima das projeções anteriores.

Pelo segundo ano consecutivo, a taxa de desemprego deve se manter no menor nível histórico, cerca de 6%. A renda em alta também impulsiona o setor de serviços, que deve ter crescimento de 1,8%. Resultados dos esforços da democracia social.



Mercado de trabalho aquecido ajuda a manter crescimento do PIB nacional



SAQUE

Rogaciano Medeiros

PROVAS CONDENAM O mês de agosto está acabando e no dia 2 de setembro o STF inicia a fase final do julgamento de Bolsonaro e mais sete réus do núcleo crucial da trama golpista. Dificilmente deixarão de ser condenados e presos. As provas são arrasadoras. Sem ter como se defender, eles preferem atacar a Corte e tentam desqualificar o processo. Mas, não têm convencido a população.

FATO HISTÓRICO O governo de Donald Trump pode latir o quanto quiser, os traidores da pátria espalharem todas *fake news* que possam, mas nada vai alterar o curso do devido processo legal do julgamento dos acusados pela tentativa de golpe de Estado. Só colocá-los no banco dos réus já é um fato inédito na História do Brasil, condená-los e prendê-los então..., vale comemoração. Uma nova era.

AGRAVA, CLARO A descoberta, pelo Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras), de que as contas bancárias de Bolsonaro receberam cerca de R\$ 44,3 milhões em pouco mais de 2 anos - março (2023) a junho (2025) - complica ainda mais a situação do ex-presidente: inelegível, réu na trama golpista e indiciado por obstrução da Justiça.

MESMO QUEIXUME Os bolsonaristas insanos, inclusive da mídia corporativa, repetem o queixume de "perseguição política", mas ninguém em sã consciência pode admitir que a PF deixe de investigar a descoberta dos R\$ 44,3 milhões recebidos por Bolsonaro em 28 meses, dos quais apenas R\$ 1,1 milhão pagos pelo PL. Como diz o povo, "quem não deve, não teme".

ALTA TRAIÇÃO Tremendo absurdo, passados mais de um mês da licença de 120 dias expirada em 20 de julho, a Câmara dos Deputados não ter tomado uma atitude firme para a cassação do mandato de Eduardo Bolsonaro (PL-RJ), nos Estados Unidos conspirando contra o Brasil. Não precisa esperar o limite de faltas, se houver vontade política ele pode perder a cidadania brasileira por alta traição.

Big techs incomodadas com o Pix

A OFENSIVA contra o Pix continua. As *big techs* estão incomodadas com o sistema de pagamentos instantâneo do Banco Central, por impor desafios ao modelo hegemônico de negócio das empresas gigantes de tecnologia. Quem está no controle, não quer perder o poder.

Associações que representam *big techs*, bandeiras de cartão de crédito e o sistema de pagamentos *Swift* denunciaram o BC ao governo americano por "concorrência desleal" com as empresas dos EUA. Os ataques à soberania nacio-

nal não param. Como se já não bastasse o tarifaço.

As acusações são infunda-

das. Na verdade, o Banco Central não compete com empresas privadas. Opera uma infraes-

trutura que estabelece regras de acesso sem discriminar. Como o Pix permite que usuários façam transações entre contas bancárias, sem intermediários, o incômodo é grande.

Sem acesso às transações financeiras, as *big techs* não conseguem utilizar os dados para ofertar produtos ou publicidade direcionada, por exemplo. Estas empresas querem moldar o comportamento dos indivíduos, funcionam de acordo com os próprios interesses, não da sociedade. Querem vender e lucrar dentro de uma lógica de dominação total do mercado.

